



II SEMINÁRIO

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras e Promover Igualdade

PROGRAMAÇÃO

09 e 10 de Dezembro



JUSTIÇA PLURAL
DIREITOS HUMANOS EM FOCO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

1º DIA | 09/12 3

2º DIA | 10/12 4

PAINELISTAS 6

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade

PROGRAMAÇÃO

1º DIA

09/12

Tarde - 14h30 - 15h00

Painel de Abertura Institucional

Tarde - 15h00 - 16h00

Conferência Magna de Abertura - Acesso à Justiça e Direitos Humanos: Estado atual da questão do Acesso à Justiça e Movimento Global

Sushma Raman - Estrategista de mudança social (EUA)

Rosalie Silberman Abella - Ministra Aposentada da Suprema Corte do Canadá, Professora da Universidade de Harvard (Canadá)

Renata Gil - Conselheira do CNJ

Ministro Luís Roberto Barroso - Presidente do CNJ

Tarde - 16h00 - 17h30

Painel 1 - Memória como Ferramenta de Justiça Racial

Felipe Freitas - Secretário de Justiça e Direitos Humanos na Bahia

Ana Flávia Magalhães - Diretora-Geral do Arquivo Nacional

Mediação - Ismália Afonso - Analista de Gênero e Raça do PNUD

Tarde - 17h30 - 19h00

Painel 2 - Enfrentamento à Violência letal contra Crianças e adolescentes

Denise Avelino - Coordenadora Nacional do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM (Brasil)

Rutian Pataxó - primeira Ouvidora-Adjunta da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia

Wallace Corbo - Advogado e Professor da UERJ

Mediação - Karen Luise Vilanova Batista de Souza - Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ

19h00 - 19h30 Coquetel de Encerramento - 1º Dia

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade

PROGRAMAÇÃO

2º DIA

10/12

Manhã - 09h00 - 10h45

Painel 3 - Perspectivas na Interpretação Judicial de Crimes Motivados por LGBTfobia

Symmy Larrat - Jornalista e Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Gloria Manzotti - Especialista do PNUD (Argentina)

Jaqueline Gomes de Jesus - Psicóloga e Professora do IFRJ.

Carolina Castelliano - Defensora Pública da União - Defensora Nacional de Direitos Humanos

Mediação - Marcel da Silva Augusto Corrêa - Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ

Manhã - 10h45 - 12h15

Painel 4 - Acesso Qualificado à Justiça para Mulheres: A Experiência dos Juizados Híbridos

Carmen Hein de Campos - Professora da UFPel e integrante do Consórcio Lei Maria da Penha

Rosana Leite - Defensora Pública do Mato Grosso

Roberta Eugênio - Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial

Mediação - Luciana Lopes Rocha - Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ

TARDE 14h00 - 15h45

Painel 5: Desafios para a garantia do direito à maternidade e convivência familiar de mulheres em situação de rua

Tabita Aija Silva Moreira - Pesquisadora do OBIJUV/UFRN

Alessandra Coelho - Diretora SUPRAD/BA

Caroline Sarmiento - Antropóloga UFRGS, Colaboradora Jornal Boca de Rua

Mediação - Pablo Coutinho Barreto, Conselheiro do CNJ

Mediação - Luciana Ortiz - Juíza Federal em São Paulo e coordenadora executiva do Comitê Nacional Pop Rua Jud.

15h45 - 16h15 Coffee-break

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade

Tarde - 16h15 - 18h00

Painel 6: Iniciativas de atuação em situação de crises climáticas – uma análise a partir do racismo ambiental

Sineia Wapichana - Coordenadora do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTA) do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Márcia Soares - Diretora Executiva Themis - Experiência Rio Grande do Sul

Júlia Neiva - Diretora Adjunta – Conectas Direitos Humanos

Mediação - Patricia Perrone - Secretaria de Altos Estudos do Supremo Tribunal Federal

Tarde - 18h00 - 19h00

Conferência de Encerramento – Desafios Regulatórios para IA na Proteção dos Direitos Humanos

Nate Persily - Professor de Stanford - (EUA)

Ministro Luís Roberto Barroso - Presidente do CNJ

Elisa Calcaterra - Representante Residente Adjunta do PNUD Brasil

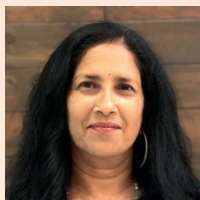
Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade

PAINELISTAS

Conferência Magna de Abertura

Acesso à Justiça e Direitos Humanos: Estado atual da questão do Acesso à Justiça e Movimento Global



Sushma Raman

Estrategista de mudança social (EUA)

Sushma Raman é uma experiente ativista de direitos humanos e estrategista de mudança social, com mais de duas décadas de experiência no lançamento e liderança de programas inovadores em grandes fundações e ONGs, incluindo a Ford e a Open Society Foundations, e lecionando em universidades importantes, incluindo Harvard, onde atuou como diretora executiva do Carr Center for Human Rights Policy de 2015 a 2023. Sushma atualmente atua como consultora estratégica para líderes filantrópicos e de ONGs e como diretora executiva interina do Greenpeace EUA. Ela é coautora de dois livros, *The Coming Good Society: Why New Realities Demand New Rights* (Harvard University Press, 2020) e *Holding Together: The Hijacking of Rights in America and How to Reclaim Them for Everyone* (New Press, 2022).



Rosalie Silberman Abella

Ministra Aposentada da Suprema Corte do Canadá, Professora da Universidade de Harvard (Canadá)

A Honorável Rosalie Silberman Abella foi juíza da Suprema Corte do Canadá por dezessete anos, até sua aposentadoria compulsória em 2021. Ela foi a primeira mulher judia nomeada para a Suprema Corte e a primeira refugiada nomeada para o judiciário no Canadá. Ela praticou contencioso civil e criminal até ser nomeada para o Tribunal de Família de Ontário em 1976, aos 29 anos, tornando-se a primeira mulher grávida nomeada para o tribunal. Posteriormente, ela presidiu a Comissão de Reforma da Lei de Ontário e o Conselho de Relações Trabalhistas de Ontário. A juíza Abella foi a única comissária e autora da Comissão Real sobre Igualdade no Emprego de 1984, criando o termo e o conceito de “equidade no emprego”. A sua definição de igualdade no Relatório foi adotada pelo Supremo Tribunal do Canadá na sua primeira decisão que interpreta a disposição sobre igualdade da Carta Canadense de Direitos e Liberdades. Ela é membro vitalício da Royal Society of Canada e foi eleita para a Academia Americana de Artes e Ciências e para a Sociedade Filosófica Americana. Ela se formou em piano clássico pelo Conservatório Real de Música, foi jurada do Prêmio Literário Giller, escreveu mais de 90 artigos e é autora ou coeditora de quatro livros sobre diversos temas jurídicos. Ela tem 42 títulos honorários. Atualmente é professora visitante Samuel e Judith Pizar na Harvard Law School. Ela foi casada com o historiador canadense Irving Abella de 1968 até sua morte em 2022. Seus dois filhos, Jacob e Zachary, são advogados.

Dignidade Humana

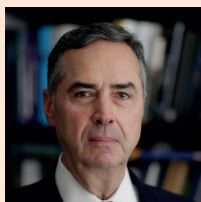
Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Renata Gil

Conselheira do CNJ

Formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialização em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (NUCLEF – UFF). Mestrado profissional em Direito pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Presidente da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) nos biênios 2016/2017 e 2018/2019. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no triênio 2020/2022. Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, dezembro 2022 a Janeiro 2024. Fundadora do Instituto Nós por Elas, lançado em abril de 2023. Juíza Titular da 40ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupa desde 2007. Conselheira do CNJ - biênio 2024-2026.



Ministro Luís Roberto Barroso

Presidente do CNJ

Luís Roberto Barroso assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça em setembro de 2023, após ter sido nomeado para o Tribunal em 2013. Além de suas responsabilidades judiciais, é Professor Titular de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e atua como Senior Fellow na Harvard Kennedy School. Barroso é autor de diversos livros no campo do Direito Constitucional e tem múltiplos artigos publicados em periódicos brasileiros e estrangeiros. Suas credenciais acadêmicas incluem ainda mestrado em Direito pela Yale Law School, doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pós-doutorado na Harvard Law School. Antes de ingressar no Tribunal, foi advogado por 30 anos.

Painel 1

Memória como Ferramenta de Justiça Racial



Felipe Freitas

Secretário de Justiça e Direitos Humanos na Bahia

É baiano, natural de Feira de Santana. Doutor e mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), graduado em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2010). Foi diretor da Plataforma Justa, entidade que estuda e disponibiliza informações sobre o financiamento e a gestão do Sistema de Justiça, e atuou como coordenador de Programas da Rede Liberdade. É professor colaborador do Mestrado Profissional em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia (Progesp-UFBA), professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP); membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (GP-CRIM-UEFS) e pesquisador do Núcleo de Justiça Racial & Direito da Fundação Getúlio Vargas São Paulo (FGV-SP). Atualmente é Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Ana Flávia Magalhães

Diretora-Geral do Arquivo Nacional

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (2014), mestre em História pela Universidade de Brasília (2006). Também possui formação em Comunicação Social - Jornalismo e Letras. É professora da Universidade de Brasília desde 2018, atuando na Graduação e na Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, na linha de pesquisa Direitos Humanos, História, Memória, Políticas Públicas e Cidadania. Desde a primeira graduação, desenvolve pesquisas articulando conhecimentos das áreas de História, Comunicação, Literatura e Educação, com ênfase em: atuação político-cultural de pensadores/as negros/as, imprensa negra, abolicionismos e experiências de liberdade e cidadania negras no período escravista e no pós-abolição no Brasil. É integrante da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros e da Coalizão Negra por Direitos. Atualmente, também atua como diretora-geral do Arquivo Nacional, órgão com status de Secretaria do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



Mediação - Ismália Afonso

Analista de Gênero e Raça do PNUD

É analista de Programa para os temas de igualdade de gênero e igualdade racial no PNUD Brasil, onde coordena projetos nessas temáticas. É mestra em Gênero, Sociedade e Políticas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) da Argentina e especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB). É autora do livro *Nem trabalha nem estuda? Desigualdade de gênero e raça na trajetória das jovens da periferia de Brasília*.

Painel 2

Enfrentamento à Violência letal contra Crianças e adolescentes



Denise Avelino

Coordenadora Nacional do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM (Brasil)

Advogada e Bacharel em Serviço Social, Mestre e Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa MG. Atualmente, está como Coordenadora-Geral do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Ministério do Direitos Humanos e da Cidadania; já atuou como Diretora de Políticas Socioassistencial; Coordenadora; Supervisora Técnicas da Política de Assistência Social; Coordenadora do Fórum de Abrigos de BH; Coordenadora do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual/MG; Membro fundadora do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária; Conselheira de Direito do CMDCA/BH; Professora e facilitadora em oficinas, cursos para a rede socioassistencial e membros do SGD/CA.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Rutian Pataxó

Primeira Ouvidora-Adjunta da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia

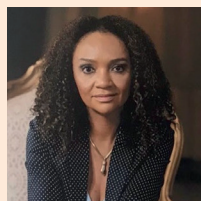
Indígena do povo Pataxó (Bahia), integrante da rede de Indígenas Mulheres da Bahia - Filhas da Ancestralidade. Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA) e graduanda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFBA (2014), com pesquisa sobre a organização social, política e produtiva dos Tupinambá da Serra do Padeiro (Terra Indígena Tupinambá de Olivença, Bahia). Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Faculdade de Direito da UFBA (2020) e em Direitos e Políticas para Povos Indígenas pelo Instituto de Direito da PUC-RIO (2024). Atualmente, Coordenadora Executiva da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), onde também atuou como Vice-Presidente (2019-2021) e coordena os projetos Jenipapo Urucum e Raízes da Terra. Faz parte do Conselho Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) (2022-2024) e está Ouvidora Adjunta da Defensoria Pública da Bahia (2023-2025).



Wallace Corbo

Advogado e Professor da UERJ

Professor Adjunto de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ e na Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio). Doutor e mestre em Direito Público pela UERJ. Foi pesquisador visitante na Harvard Law School e professor de Direito Constitucional e Administrativo da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Professor dos cursos de pós-graduação lato sensu da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e da Escola Superior de Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESAP). Advogado.



Mediação - Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ

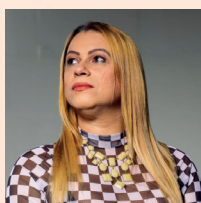
Juíza de Direito da 1ª Vara do Júri da Comarca de Porto Alegre, Juíza Auxiliar da presidência do CNJ, formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica. É pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil, pela Universidade de Passo Fundo, Mestre em DERECHOS HUMANOS, INTERCULTURALIDAD Y DESARROLLO, pela Universidade de Pablo de Olavide, Sevilha - Espanha, Integrante do Comitê executivo do observatório de direitos Humanos. Supervisora do Programa de Equidade Racial do CNJ. Gestora do Justiça Plural CNJ/PNUD.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade

Painel 3

Perspectivas na Interpretação Judicial de Crimes Motivados por LGBTfobia



Symmy Larrat

Jornalista e Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

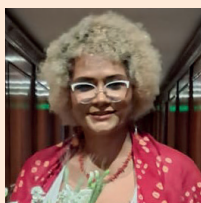
Symmy Larrat é travesti, feminista e ativista nas causas LGBTQIA+. Ocupa atualmente o cargo de Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Em sua trajetória, esteve presidenta da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) - a organização LGBTQIA+ mais antiga do país. Também já ocupou outros cargos públicos, tendo sido Coordenadora Adjunta de Promoção dos Direitos LGBT no governo da Presidenta Dilma Rousseff e Coordenadora do Programa Transcidadania na Prefeitura de São Paulo, durante a gestão do Prefeito Fernando Haddad. Esse foi o primeiro programa de políticas públicas interseccionais para pessoas transgêneras no país e foi premiado internacionalmente.



Gloria Manzotti

Especialista do PNUD (Argentina)

Especialista em Políticas do Estado de Direito do PNUD: Justiça, Segurança Cidadã e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe. Responsável por expandir a pegada temática na região, conectando, apoiando e fortalecendo soluções inovadoras realizadas pelos escritórios nacionais na região. Gloria combina sua experiência em gestão pública, sua formação acadêmica e seu histórico de trabalho em nível nacional para alavancar soluções inovadoras baseadas em evidências. Ela tem mais de 19 anos de experiência na área de Estado de Direito, segurança, justiça, gênero, integração e inovação.



Jaqueline Gomes de Jesus

Psicóloga e Professora do IFRJ.

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROFHISTÓRIA/UFRRJ) e do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da Fundação Oswaldo Cruz (PPGBIOS/FIOCRUZ). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (CNPq/IFRJ). Autora e organizadora do livro "Transfeminismo: Teorias e Práticas" (2014), primeiro em língua portuguesa sobre o tema. Agraciada com a Medalha Chiquinha Gonzaga (2017), concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da Vereadora Marielle Franco. Homenageada em 2024 como pesquisadora destaque pela Brazil Conference at Harvard & MIT.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Carolina Castelliano

Defensora Pública da União - Defensora Nacional de Direitos Humanos

Doutora em Teorias Jurídicas Contemporâneas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestra em Teorias Jurídicas Contemporâneas pela UFRJ; especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal; especialista em Direito Administrativo e graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Na DPU, Carolina foi defensora pública-chefe da unidade de Niterói/São Gonçalo; defensora pública-chefe substituta da unidade do Rio de Janeiro; coordenadora da área criminal da DPU/Rio de Janeiro; coordenadora do GT LGBTI+ e secretária de Atuação no Sistema Prisional.



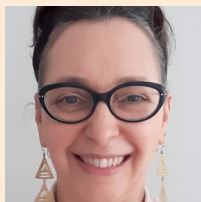
Mediação - Marcel da Silva Augusto Corrêa

Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ

Marcel da Silva Augusto Corrêa, juiz federal no Rio de Janeiro, juiz auxiliar da Presidência do CNJ e integrante do Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, mestre em políticas públicas em direitos humanos pela UFRJ.

Painel 4

Acesso Qualificado à Justiça para Mulheres: A Experiência dos Juizados Híbridos



Carmen Hein de Campos

Professora da UFPel e integrante do Consórcio Lei Maria da Penha

Doutora em Ciências Criminais, Professora do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pelotas, Integrante do Consórcio Lei Maria da Penha, da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e da Red Alas - Rede Latino-Americana de Acadêmicas e Acadêmicos de Direito.



Rosana Leite

Defensora Pública do Mato Grosso

É mestre em Sociologia pela UFMT, ex-coordenadora da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do CONDEGE (Conselho Nacional da Defensoras e Defensores Públicos-Gerais), Coordenadora do NUD-DEM/MT, membro do Comitê Para a Análise dos Feminicídios de Mato Grosso, membro do Fórum de Mulheres Negras, conselheira, tendo exercido por dois mandatos a presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de MT, membro da Câmara Temática da SESP/MT, membro da Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência de Cuiabá, escritora, coautoria e participação nas obras “Defensoria Pública de Mato Grosso Experiências e Teses”, “Imune 18 anos Memória, Identidade e Resistência”, “Violência doméstica e familiar contra a mulher um problema de toda a sociedade”, “Cuidado e a Pandemia da Covid-19”, membro da Academia de Artes, Ciência e Letras do Brasil, articulista semanal do Jornal A Gazeta sobre Direitos Humanos das Mulheres com inúmeros artigos em sites digitais há mais de 12 anos.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Roberta Eugênio

Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial

Mestre em Teorias Jurídicas Contemporâneas pela UFRJ. Com experiência profissional nas áreas de Direitos Humanos, Teoria das Relações Raciais, Políticas Públicas, Gênero e Violência Política. Foi advogada de organizações do terceiro setor, como a Redes da Maré e o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, assessora parlamentar, pesquisadora e consultora em políticas públicas com enfoque em gênero e raça. Atualmente é Secretaria Executiva do Ministério da Igualdade Racial.



Mediação - Luciana Lopes Rocha

Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ

Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, designada como Juíza Auxiliar pra acompanhar e monitorar a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário. Juíza de Direito Titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Taguatinga do TJDF. Coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher do Distrito Federal – NJM/TJDFT. Possui Pós-Graduação *Latu Sensu* em Direito e Jurisdição com Área de Concentração em Gênero e Direito, pela Escola da Magistratura do Distrito Federal – ESMA/DF. Integra o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro – COCEVID. Foi Ex-Presidente do Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher- FONAVID (2018). Integrou os Grupos de Trabalho instituídos pelo CNJ para revisão e atualização do Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – 2ª edição revista e atualizada – Brasília, setembro/2018 e para Criação e Implantação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 05/20) . Integra o Comitê Executivo vinculado à Ouvidoria Nacional da Mulher, o Comitê Gestor do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher – Fonavim (Resolução CNJ n. 542/23), o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero, criado pela Resolução CNJ n. 492/2023, o Comitê de Prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. É Formadora e Tutora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e da Escola de Formação Judiciária do TJDF nas temáticas violência doméstica e familiar contra as mulheres e perspectiva de gênero.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade

Painel 5

Desafios para a garantia do direito à maternidade e convivência familiar de mulheres em situação de rua



Tabita Aija Silva Moreira

Pesquisadora do OBIJUV/UFRN

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com estágio doutoral na Universidade de Salamanca (USAL) por meio do Programa Institucional de Internacionalização - CAPES - com a tese: Maternidade em situação de rua e a suspensão ou perda do poder familiar. Atualmente é pesquisadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN) e colabora com o Grupo de Pesquisa Maternidades Vulnerabilizadas - EDEPE/DPESP. É psicóloga conselheira do VI Plenário do CRP/17 - RN e atuou na Coordenaria da Infância e Juventude do Rio Grande do Norte (CEIJ/TJRN).



Alessandra Coelho

Diretora SUPRAD/BA

Mestranda em Política Social e Territórios pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graduada em Direito Pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal), Advogada, atualmente Diretora de Acolhimento, Tratamento e Reinserção Social, na Superintendência de Políticas Sobre Drogas e Acolhimento a Grupos Vulneráveis (SUPRAD), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia (SEADES), onde é uma das gestoras do Programa Corra pro Abraço.



Caroline Sarmento

Antropóloga UFRGS, Colaboradora Jornal Boca de Rua

Doutoranda e Mestra em Antropologia Social (UFRGS). Licencianda em Ciências Sociais, bacharela em Ciências Sociais e em Biblioteconomia (UFRGS). Atua como colaboradora-militante do Jornal Boca de Rua. É integrante do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/UFRGS) e pesquisadora da Anthera - Rede Internacional de Pesquisa sobre Família e Parentesco - e da REMA - Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades Destituídas, Violadas e Violentadas.



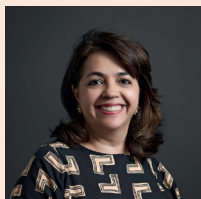
Mediação - Pablo Coutinho Barreto

Conselheiro do CNJ

Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2000). Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia (2002). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2011). Doutorando em Direito Constitucional pelo IDP (2023). Procurador regional da República com lotação na Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Membro do Grupo de Trabalho Saúde da 1ª Câmara de Coordenação de Revisão do MPF. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Mediação - Luciana Ortiz

Juíza Federal em São Paulo e coordenadora executiva do Comitê Nacional Pop Rua Jud.

É Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação Getulio Vargas (FGV, 2015) e Mestre em Direito, com foco em Penas Alternativas, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC, 2002). Cocriadora do Programa de Gestão e Inovação - iNovaJusp e do 1º Laboratório de Inovação do Poder Judiciário - iJusplab, tem experiência no desenvolvimento de projetos com a metodologia de design thinking e na governança de laboratórios de inovação. Palestrante em temas de gestão e inovação no setor público, foi Diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo (2018-2020), Coordenadora da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2016-2020) e é membro da Judiciary Budget Commission da International Association for Court Administration (IACA). Juíza Federal da 5ª Turma Recursal de São Paulo na Justiça Federal da 3ª Região.

.....

Painel 6

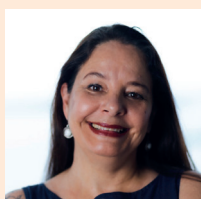
Iniciativas de atuação em situação de crises climáticas – uma análise a partir do racismo ambiental



Sineia Wapichana

Coordenadora do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTa) do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Sineia Bezerra do Vale, do povo Wapichana, é coordenadora do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental (DGTa) do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Mestranda em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB), ela também coordena o Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC). Em 2021 nos Estados Unidos, Sineia foi a única brasileira a discursar para o mundo sobre a luta dos povos indígenas contra a destruição ambiental e dos territórios, quando participou da Cúpula dos Líderes sobre o Clima. Sineia recebeu diversos prêmios entre eles Mulheres que Fazem a Diferença, concedido pela Embaixada e Consulado dos Estados Unidos (EUA), Troféu Romy, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), concedido a cinco mulheres mais atuantes em 2023. Em maio de 2024 Sineia também recebeu o título de cientista indígena do Brasil, reconhecida pelo Planetary Guardians.



Márcia Soares

Diretora Executiva Themis - Experiência Rio Grande do Sul

A advogada Márcia Soares é diretora executiva e fundadora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, que busca fortalecer o conhecimento das mulheres sobre seus direitos e o sistema de justiça. É responsável pela gestão e coordenação de todas as ações, incluindo a gestão administrativa e de projetos, da organização feminista e antirracista, que completou em 2024, 31 anos de atuação. De 2006 a 2011, Márcia esteve à frente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também atuou como Oficial de Projetos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) até 2017.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Júlia Neiva

Diretora Adjunta – Conectas Direitos Humanos

É diretora adjunta, para o fortalecimento do movimento de direitos humanos da Conectas Direitos Humanos em São Paulo. É também uma de suas fundadoras. Advogada formada pela Faculdade de Direito da PUC-SP, tem LL.M. pela Faculdade de Direito da Universidade de Columbia-NY e é doutora pelo Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Integra o Conselho de Diretores da organização francesa de direitos humanos Sherpa e é membra colaboradora da Comissão Arns.



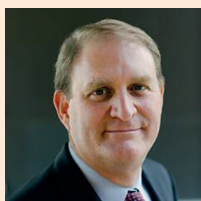
Mediação - Patricia Perrone

Secretaria de Altos Estudos do Supremo Tribunal Federal

Patrícia Perrone Campos Mello é Secretária de Altos Estudos do Supremo Tribunal Federal. Professora Titular de Direito Constitucional do Programa de Doutorado e Mestrado e da Graduação do Centro Universitário de Brasília – CEUB. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora e Mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Desenvolveu estudos pós-doutorais na Harvard Kennedy School (EUA) e no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Alemanha). Procuradora do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora Senior do CEBRI.

Conferência de Encerramento

Desafios Regulatórios para IA na Proteção dos Direitos Humanos



Nate Persily

Professor de Stanford - (EUA)

Nate Persily é Professor de Direito na Stanford Law School, com nomeações nos departamentos de Ciência Política e Comunicação. Ele é o codiretor fundador do Stanford Cyber Policy Center e de seu Programa sobre Democracia e Internet. Sua bolsa se concentra na “Lei da Democracia”, que aborda questões como direito de voto, partidos políticos, financiamento de campanha, redistribuição e administração eleitoral. Ele atuou como mestre especial ou especialista nomeado pelo tribunal para elaborar planos distritais parlamentares ou legislativos para vários estados e como Diretor Sênior de Pesquisa da Comissão Presidencial de Administração Eleitoral. Ele é co-autor do principal livro de casos de direito eleitoral, “The Law of Democracy”, um volume sobre “Social Media and Democracy” e, mais recentemente, coeditou “The Digitalist Papers: Artificial Intelligence and Democracy in America” (2024). Seu trabalho atual, pelo qual foi homenageado como Guggenheim e Andrew Carnegie Fellow, examina o impacto das mudanças tecnológicas na comunicação política, nas campanhas e na administração eleitoral.

Dignidade Humana

Acesso à Justiça - Superar Barreiras
e Promover Igualdade



Ministro Luís Roberto Barroso

Presidente do CNJ

Luís Roberto Barroso assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça em setembro de 2023, após ter sido nomeado para o Tribunal em 2013. Além de suas responsabilidades judiciárias, é Professor Titular de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e atua como Senior Fellow na Harvard Kennedy School. Barroso é autor de diversos livros no campo do Direito Constitucional e tem múltiplos artigos publicados em periódicos brasileiros e estrangeiros. Suas credenciais acadêmicas incluem ainda mestrado em Direito pela Yale Law School, doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pós-doutorado na Harvard Law School. Antes de ingressar no Tribunal, foi advogado por 30 anos.



Elisa Calcaterra

Representante Residente Adjunta do PNUD Brasil

Foi nomeada como Representante Residente Adjunta (DRR) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a República Federativa do Brasil e assumiu sua nova missão em 30 de julho de 2024. Ingressou no Sistema das Nações Unidas em 2014 como Oficial de Planejamento Estratégico e Oficial de Avaliação no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e deu início à sua carreira no PNUD em 2018 em Nova Iorque, EUA. Antes de sua nomeação no Brasil, Elisa Calcaterra atuou entre 2023-2024 como DRR Interina para Escritório Conjunto do PNUD, UNICEF e UNFPA em Cabo Verde e no PNUD Tajiquistão, e entre 2021-2023, liderou a Unidade de Programa e Operações do Centro do PNUD em Roma, Itália.

